

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	472.264.376
Preferenciais	0
Total	472.264.376
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	604.732	644.369
1.01	Ativo Circulante	820	22.120
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	624	29
1.01.07	Despesas Antecipadas	192	91
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4	22.000
1.01.08.03	Outros	4	22.000
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	0	22.000
1.01.08.03.02	Adiantamentos	4	0
1.02	Ativo Não Circulante	603.912	622.249
1.02.02	Investimentos	603.912	622.249
1.02.02.01	Participações Societárias	603.912	622.249
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	603.912	622.249

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	604.732	644.369
2.01	Passivo Circulante	2.791	5
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1	0
2.01.02	Fornecedores	184	4
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	184	4
2.01.03	Obrigações Fiscais	10	1
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10	1
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10	1
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.572	0
2.01.04.02	Debêntures	2.572	0
2.01.05	Outras Obrigações	24	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	24	0
2.02	Passivo Não Circulante	80.723	92.464
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	80.723	92.439
2.02.01.02	Debêntures	80.723	92.439
2.02.02	Outras Obrigações	0	25
2.02.02.02	Outros	0	25
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	0	25
2.03	Patrimônio Líquido	521.218	551.900
2.03.01	Capital Social Realizado	472.264	472.264
2.03.04	Reservas de Lucros	79.636	79.636
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-30.682	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-151	-19.728	3.533	62.070
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-493	-1.391	-234	-709
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	342	-18.337	3.767	62.779
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-151	-19.728	3.533	62.070
3.06	Resultado Financeiro	-1.507	-10.954	-4.233	-6.994
3.06.01	Receitas Financeiras	1	2	1	1
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.508	-10.956	-4.234	-6.995
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.658	-30.682	-700	55.076
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.658	-30.682	-700	55.076
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.658	-30.682	-700	55.076
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-3,51	-64,97	-1,48	116,62

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.658	-30.682	-700	55.076
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.658	-30.682	-700	55.076

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.700	-1.182
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.489	-1.063
6.01.01.01	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-30.682	55.076
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	10.856	6.559
6.01.01.09	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.337	-62.698
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	85	-37
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-101	-124
6.01.02.05	Adiantamentos	-4	0
6.01.02.07	Fornecedores	180	111
6.01.02.08	Obrigações tributárias	9	3
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	1	0
6.01.02.11	Partes relacionadas	0	-27
6.01.03	Outros	-8.296	-82
6.01.03.01	Outras obrigações	0	-82
6.01.03.02	Juros Pagos	-8.296	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	22.000	-81.972
6.02.01	Investimentos realizados	0	-81.972
6.02.02	Dividendos recebidos	22.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.705	83.405
6.03.01	Amortização de financiamentos e debêntures	-11.705	0
6.03.02	Aumento de capital	0	2.800
6.03.05	Captação de empréstimos e financiamentos	0	80.605
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	595	251
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	29	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	624	252

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	472.264	60.656	18.980	0	0	551.900
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	472.264	60.656	18.980	0	0	551.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.682	0	-30.682
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-30.682	0	-30.682
5.05.02.06	Prejuízo do período	0	0	0	-30.682	0	-30.682
5.07	Saldos Finais	472.264	60.656	18.980	-30.682	0	521.218

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	-133	0	-132
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	-133	0	-132
5.04	Transações de Capital com os Sócios	472.263	0	0	0	0	472.263
5.04.01	Aumentos de Capital	472.263	0	0	0	0	472.263
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.076	0	55.076
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.076	0	55.076
5.07	Saldos Finais	472.264	0	0	54.943	0	527.207

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-404	-709
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-396	-709
7.02.04	Outros	-8	0
7.02.04.01	Materiais, energias e outros	-8	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-404	-709
7.04	Retenções	-120	0
7.04.02	Outras	-120	0
7.04.02.01	Apropriação de seguros	-120	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-524	-709
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-18.335	62.780
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-18.337	62.780
7.06.02	Receitas Financeiras	2	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-18.859	62.071
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-18.859	62.071
7.08.01	Pessoal	651	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	610	0
7.08.01.02	Benefícios	41	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	178	0
7.08.02.01	Federais	178	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.994	6.995
7.08.03.01	Juros	10.953	6.995
7.08.03.02	Aluguéis	41	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-30.682	55.076
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-30.682	55.076

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	1.575.739	1.594.630
1.01	Ativo Circulante	148.044	135.682
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	118.617	120.394
1.01.03	Contas a Receber	18.433	12.823
1.01.03.01	Clientes	18.433	12.823
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.990	1.166
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.990	1.166
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.137	612
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	867	687
1.01.08.03	Outros	867	687
1.01.08.03.01	Adiantamentos	867	687
1.02	Ativo Não Circulante	1.427.695	1.458.948
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	64.292	65.373
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.522	272
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.522	272
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	59.770	65.101
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	28.416	27.036
1.02.01.10.04	Outros ativos	169	153
1.02.01.10.05	Fundos Restritos	31.185	37.912
1.02.02	Investimentos	8.249	7.363
1.02.03	Imobilizado	4.050	3.995
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.050	3.995
1.02.04	Intangível	1.351.104	1.382.217
1.02.04.01	Intangíveis	1.344.866	1.376.772
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.344.866	1.376.772
1.02.04.02	Goodwill	6.238	5.445

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	1.575.739	1.594.630
2.01	Passivo Circulante	115.769	72.018
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.293	5.760
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.293	5.760
2.01.02	Fornecedores	34.045	14.268
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.809	4.001
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.809	4.001
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.809	4.001
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	43.999	21.602
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	31.913	16.917
2.01.04.02	Debêntures	9.118	3.131
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	2.968	1.554
2.01.05	Outras Obrigações	26.321	23.554
2.01.05.02	Outros	26.321	23.554
2.01.05.02.04	Outros passivos	26.321	23.554
2.01.06	Provisões	1.302	2.833
2.01.06.02	Outras Provisões	1.302	2.833
2.01.06.02.04	Provisão de conserva especial	1.302	2.833
2.02	Passivo Não Circulante	938.752	970.712
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	908.063	944.308
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	630.001	657.368
2.02.01.02	Debêntures	274.617	281.337
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	3.445	5.603
2.02.02	Outras Obrigações	10.360	10.500
2.02.02.02	Outros	10.360	10.500
2.02.02.02.06	Outros passivos	10.360	10.500
2.02.04	Provisões	20.329	15.904
2.02.04.02	Outras Provisões	20.329	15.904
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	12.694	11.258
2.02.04.02.05	Provisões para contingências	7.635	4.646
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	521.218	551.900
2.03.01	Capital Social Realizado	472.264	472.264
2.03.04	Reservas de Lucros	79.636	79.636
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-30.682	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	66.420	201.953	65.500	102.030
3.01.01	Receita líquida de serviços	62.594	175.428	56.390	92.296
3.01.02	Receita de construção	3.826	26.525	9.110	9.734
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-36.752	-133.594	-45.192	-69.937
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-32.963	-107.333	-36.171	-60.299
3.02.02	Custo de construção	-3.789	-26.261	-9.021	-9.638
3.03	Resultado Bruto	29.668	68.359	20.308	32.093
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.172	-45.808	-10.842	84.444
3.04.01	Despesas com Vendas	0	0	-3.575	-3.575
3.04.01.01	Amortização do direito de concessão	0	0	-3.575	-3.575
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.548	-48.596	-7.403	-25.359
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2.376	2.788	136	113.378
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.496	22.551	9.466	116.537
3.06	Resultado Financeiro	-13.676	-57.697	-17.192	-30.703
3.06.01	Receitas Financeiras	4.842	11.256	1.537	2.610
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.518	-68.953	-18.729	-33.313
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-180	-35.146	-7.726	85.834
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.478	4.464	7.026	-30.758
3.08.01	Corrente	214	214	-288	-341
3.08.02	Diferido	-1.692	4.250	7.314	-30.417
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.658	-30.682	-700	55.076
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.658	-30.682	-700	55.076

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-30.682	-1.658	-700	55.076
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-30.682	-1.658	-700	55.076
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-30.682	-1.658	-700	55.076

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.736	19.455
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	95.558	41.756
6.01.01.01	Margem de construção	-264	-95
6.01.01.02	Amortização	62.361	36.697
6.01.01.03	Depreciação	474	279
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	64.981	28.729
6.01.01.05	Provisão para contingências	2.989	2.106
6.01.01.07	de liquidação duvidosa	288	-49
6.01.01.08	Provisão para conserva especial	-95	1.595
6.01.01.09	Baixa do imobilizado e intangível	-30	92
6.01.01.11	Juros Capitalizados	0	-190
6.01.01.12	Ganho por compra vantajosa	0	-113.242
6.01.01.13	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-35.146	85.834
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.325	2.814
6.01.02.01	Contas a receber	-5.634	1.376
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-1.526	811
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-6.823	-638
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-1.380	-633
6.01.02.05	Adiantamentos	-180	0
6.01.02.06	Outros ativos	-16	263
6.01.02.07	Fornecedores	19.776	918
6.01.02.08	Obrigações tributárias	-1.192	1.035
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	1.533	-15
6.01.02.10	Provisão para perdas em investimentos	0	-82
6.01.02.11	Partes relacionadas	0	-51
6.01.02.12	Outras obrigações	2.767	-170
6.01.03	Outros	-51.147	-25.115
6.01.03.01	Juros pagos	-51.147	-25.115
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-31.747	-91.107
6.02.01	Investimentos realizados	0	-77.222
6.02.03	Aplicação financeira	0	882
6.02.04	Contas vinculadas	0	-402
6.02.05	Adições ao intangível	-31.248	-13.517
6.02.06	Adições líquidas ao imobilizado	-499	-848
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.766	134.148
6.03.01	Amortização de financiamentos e debêntures	-26.392	-46.886
6.03.02	Aumento de capital	0	2.800
6.03.03	Utilização (adição ao) do fundo restrito	6.727	-442
6.03.04	Captação/Baixas de arrendamento	-2.101	-934
6.03.05	Captação de empréstimos e financiamentos	0	120.605
6.03.06	Efeito de caixa das empresas adicionadas na consolidação	0	59.005
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.777	62.496
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	120.394	12
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	118.617	62.508

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	472.264	60.656	18.980	0	0	551.900	0	551.900
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	472.264	60.656	18.980	0	0	551.900	0	551.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.682	0	-30.682	0	-30.682
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-30.682	0	-30.682	0	-30.682
5.05.02.06	Prejuízo do período	0	0	0	-30.682	0	-30.682	0	-30.682
5.07	Saldos Finais	472.264	60.656	18.980	-30.682	0	521.218	0	521.218

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	-133	0	-132	0	-132
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	-133	0	-132	0	-132
5.04	Transações de Capital com os Sócios	472.263	0	0	0	0	472.263	0	472.263
5.04.01	Aumentos de Capital	472.263	0	0	0	0	472.263	0	472.263
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.076	0	55.076	0	55.076
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.076	0	55.076	0	55.076
5.07	Saldos Finais	472.264	0	0	54.943	0	527.207	0	527.207

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	218.631	110.909
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	218.631	110.909
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-64.718	-42.987
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-26.261	-9.639
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.525	-33.348
7.02.04	Outros	-932	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	153.913	67.922
7.04	Retenções	-65.025	-38.123
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-62.835	-36.975
7.04.02	Outras	-2.190	-1.148
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	88.888	29.799
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.044	115.931
7.06.02	Receitas Financeiras	11.256	2.610
7.06.03	Outros	2.788	113.321
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	102.932	145.730
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	102.932	145.730
7.08.01	Pessoal	36.869	15.251
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.731	8.875
7.08.01.02	Benefícios	8.669	5.743
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.469	633
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.617	43.160
7.08.02.01	Federais	8.884	37.819
7.08.02.02	Estaduais	29	0
7.08.02.03	Municipais	9.704	5.341
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	78.128	32.243
7.08.03.01	Juros	68.828	31.062
7.08.03.02	Aluguéis	518	79
7.08.03.03	Outras	8.782	1.102
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-30.682	55.076
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-30.682	55.076

Comentário do Desempenho

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos as Informações Trimestrais - ITR da Monte Rodovias S.A. (Controladora e Consolidado), bem como o Relatório dos Auditores Independentes, na data de 30 de setembro de 2022.

A Monte Rodovias é uma controlada direta do M Transportation Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura sendo constituída em 14 de julho de 2020 com o objetivo de deter participações societárias em companhias operacionais do setor de infraestrutura rodoviária. Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Verona Holding Participações Societárias de seus próprios acionistas. No final de abril de 2021 a Companhia finalizou suas primeiras aquisições de participação societária em empresas operacionais do setor: Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA") e Concessionária Rota dos Coqueiros ("CRC"), tornando-se controladora indireta.

A partir das aquisições supracitadas, a Monte Rodovias tornou-se uma plataforma de rodovias situada no Nordeste brasileiro, totalizando aproximadamente 182,5 km de extensão. Sua força está no seu posicionamento estratégico, localizado no principal corredor de exportação / importação e circulação de mercadorias para mercado da região, se beneficiando da produção nacional através de polos industriais e portos, consumo e turismo local.

Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de cia aberta "categoria A" perante a CVM. O detalhamento de nossa Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.monterodovias.com.br).

Até 30 de setembro de 2022 passaram por nossas concessões 30,6 milhões de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias da Companhia.

Desempenho

Considerando que a Companhia foi constituída em 14 de julho de 2020 e a aquisição das suas controladas operacionais foi concluída somente em abril de 2021, nas informações contábeis intermediárias não há comparabilidade com os resultados destas controladas no primeiro trimestre de 2021. As análises de resultado econômico-financeiro apresentadas a seguir compreendendo períodos anteriores ao início da consolidação leva em consideração que até o final do mês de abril de 2021, a CBN, a CRA e a CRC estavam sob o controle comum dos seus antigos acionistas. Desta forma, para que traga efeitos de comparabilidade, toma-se como base as informações contábeis combinadas destas concessionárias em conjunto com as demonstrações contábeis individuais da Monte Rodovias e de sua controlada Verona que detém participação direta nestas concessionárias.

O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um aumento 1,47% no período de janeiro a setembro de 2022, quando comparado ao mesmo período de 2021. Assim como no ano anterior, foram observadas ainda a manutenção medidas restritivas em função da pandemia da COVID-19 como a suspensão do Carnaval demonstrando, portanto, uma recuperação orgânica do tráfego das rodovias. No mesmo período, o índice ABCR, que consolida o tráfego apresentou aumento de 8,0%, porém, deve ser considerado que as rodovias administradas pela Monte Rodovias foram bem mais resilientes em

Comentário do Desempenho

relação aos impactos da pandemia do que a média das concessionárias que compõe este índice. As rodovias da Monte Rodovias já recuperaram seus tráfegos pré-pandemia ao longo do último ano, enquanto o índice ABCR ainda apresentou uma frustração de 0,5% em relação ao ano de 2019 ou seja, esse crescimento observado no período pelo índice ABCR, apesar de relevante, serviu ainda como uma recuperação tardia dos efeitos sofridos em 2020, já capturados nas rodovias da Monte Rodovias em 2021. Isso demonstra que o posicionamento regional estratégico das nossas operações conta com uma demanda cativa e resiliente que traz muita segurança a receita das concessionárias. A receita líquida do exercício, desconsiderando a receita da construção, do período encerrado em 30 de setembro de 2022 foi de R\$ 175.428 mil, 10,0% maior que a receita líquida do mesmo período em 2021. Além do crescimento do tráfego, destacamos o efeito do reajustamento tarifário da Concessionária Bahia Norte, ocorrido em agosto do último ano, contribuindo significativamente para o aumento da receita do período, quando comparamos com o ano anterior, ainda com a tarifa antiga. Destacamos também que no decorrer do primeiro semestre de 2022 todas as Concessionárias do Grupo tiveram o reajustamento tarifário concedido.

Ao desconsiderarmos os impactos de efeitos não caixa e efeitos não recorrentes, o valor do EBITDA ajustado no período encerrado em 30 de setembro de 2022 foi de R\$ 90.417 mil margem de 51,5%. O total de investimentos realizados na sua operação no período encerrado em 30 de setembro de 2022 foi de R\$ 31.747 mil.

A Companhia apresenta endividamento composto majoritariamente por financiamentos de suas controladas com bancos e agências de fomento como, Banco do Nordeste do Brasil – BNB e o Desenhavia, além de debentures emitidas em 2021 pela Controladora e pelas suas controladas CRC e CRA, quitando financiamentos com BNB e BNDES respectivamente. Estas emissões de debêntures fizeram parte da estratégia da administração para reperfilamento do seu endividamento de maneira a obter maior *duration*, melhor perfil de amortização, liberação de recursos de conta reserva para adequação do fluxo de caixa futuro às necessidades da Companhia. A dívida líquida consolidada da Companhia em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 804.783 mil, sendo quase 70% pré-fixadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Capri Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.236.143.190, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 14 de julho de 2020. Posteriormente, em 21 de setembro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Monte Rodovias Holding e Participações S.A. Em 09 de julho de 2021, a razão social foi alterada para Monte Rodovias S.A. (“Companhia” ou “Monte Rodovias”). A Monte Rodovias tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

A Monte Rodovias é controlada direta do M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo de Investimento M Rodovias”).

Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Verona Holding Participações Societárias S.A. (“Verona”) de seus próprios acionistas, Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“FIP M Rodovias”) e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda., conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. A Verona tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integralizou ações subscritas pela Verona com investimento detido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), conforme descrito na Nota Explicativa nº 16. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CBN. A aquisição das ações da CBN, pelo Fundo de Investimento M Rodovias, controlador indireto da Companhia, se deu após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com seus antigos acionistas e junto ao Poder Concedente.

Notas Explicativas

A CBN, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRA após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de Suape, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "Suape" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRC após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas

1.1. Procedimentos arbitrais envolvendo as controladas

a) CBN

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, tendo as Partes dispensado a produção de novas provas e solicitada abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais antes da prolação de sentença. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. **(ii)** Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(iii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

b) CRA

Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA.

Com relação ao processo arbitral movido contra CRA, em 1º de dezembro de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial, onde o Tribunal Arbitral julgou parcialmente procedente os pedidos de ambas as partes. Em 16 de dezembro de 2020, a CRA apresentou pedido de esclarecimentos, apontando inúmeros vícios na apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral que, em 05 de janeiro de 2021, determinou a manifestação das requerentes a respeito até 20 de janeiro de 2021, o que foi por elas cumprido.

Em 10 de janeiro de 2022, o Tribunal Arbitral estabeleceu o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. Em junho de 2022 o Tribunal Arbitral deferiu a solicitação das partes, de suspensão do procedimento arbitral, para tratativas de negociação de acordo.

Em 14 de setembro de 2022, CRA e Coesa (antiga OAS) peticionaram no Procedimento Arbitral informando a celebração de acordo entre estas e, na sequência, em 18 de outubro de 2022, CRA e CNO apresentaram petição conjunta informando a realização de transação entre as Partes, bem como requerendo a extinção do feito diante dos acordos celebrados, que não representaram ônus financeiro para a CRA.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) (Deliberação CVM 673/11) – Demonstração Intermediária, que estabelece o conteúdo mínimo de uma informação contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário. Desta forma, as informações trimestrais aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das Informações contábeis individuais e consolidadas anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas.

Conforme permitido pela NBC TG 21 (R4) (Deliberação CVM 673/11) e com base nas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 003/2011, a Administração optou por não divulgar novamente o detalhamento apresentado nas Notas Explicativas nº 2 (principais políticas contábeis) e nº 3 (estimativas e julgamentos contábeis críticos) das informações contábeis individuais e consolidadas anuais findas em 31 de dezembro de 2021, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas informações contábeis individuais e consolidadas anuais mais recentes. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações contábeis intermediárias em conjunto com as Informações contábeis anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$).

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 04 de novembro de 2022.

2.2. Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de "Grupo").

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados o investimento na proporção da participação da Sociedade no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas, quando existentes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias destas informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

As informações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as seguintes entidades:

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no
			capital social (%)
			30/09/2022
Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona")	Direto	Brasil	100,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	Brasil	100,00

Notas Explicativas

A Companhia adquiriu suas Controladas indiretas: CBN em 28 de abril de 2021, CRA e CRC em 30 de abril de 2021. Desta forma, os saldos apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 30 de setembro de 2021, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações contábeis intermediárias.

2.4. Novas normas e interpretações

No semestre findo em 30 de setembro de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas.

3. Combinação de negócios na controlada

Aquisição da CBN, da CRA e da CRC pela controlada Verona

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Verona adquiriu o controle da CBN, da CRA e da CRC. Para contabilização da combinação de negócios relativa às aquisições de controle, a Verona optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios que estabelece que a adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição.

Em decorrência da combinação de negócios, a Companhia, em conjunto com empresa especializada contratada, realizou e concluiu a análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da CBN, da CRA e da CRC e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (*Purchase Price Allocation – PPA*).

Notas Explicativas

A composição da contraprestação, alocação final do preço da aquisição, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos calculados e alocação do ágio, estão demonstrados a seguir:

	Valor contábil			Ajuste valor justo (PPA)			Valor justo		
	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA
Ativos	984.203	84.286	282.522	119.413	52.486	45.708	1.103.616	136.772	328.230
Ativos circulantes	46.522	11.171	24.387	-	-	-	46.522	11.171	24.387
Outros ativos não circulantes	69.544	11.705	32.052	-	-	-	69.544	11.705	32.052
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura (direito de concessão)	862.680	61.187	224.288	119.413	52.486	45.708	982.093	113.673	269.996
Outros	5.457	223	1.795	-	-	-	5.457	223	1.795
Passivos	(740.544)	(46.174)	(217.865)	-	-	-	(740.544)	(46.174)	(217.865)
Passivos circulantes	(91.902)	(5.086)	(21.050)	-	-	-	(91.902)	(5.086)	(21.050)
Passivos não circulantes	(648.642)	(41.088)	(196.815)	-	-	-	(648.642)	(41.088)	(196.815)
Total dos ativos identificáveis líquidos	243.659	38.112	64.657	119.413	52.486	45.708	363.072	90.598	110.365
Total da contraprestação							370.436	41.671	46.051
Ágio (goodwill)							7.363	-	-
Ganho por compra vantajosa							-	48.927	64.315

- (a) O valor de mais valia atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato, conforme Nota Explicativa nº 11;
- (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do *Purchase Price Allocation* (PPA), determinou-se o valor do *goodwill*; e
- (c) O ganho por compra vantajosa auferido nas aquisições de controle da CRA e da CRC (total de R\$ 113.241) se justifica pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pelos vendedores. O preço de aquisição foi definido em dezembro de 2019 e o fechamento da transação ocorreu em abril de 2021. No decorrer deste período, vários aspectos influenciaram na melhoria do valor justo dos ativos como o reperfilamento de dívidas, recuperação do crescimento de curva de tráfego etc.

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros

4.1. Ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas Controladas avaliam, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

4.2. Passivos financeiros

Classificação

A Companhia e suas Controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores.

Reconhecimento e mensuração

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas Controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia e suas Controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

Notas Explicativas

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante.

A Companhia e suas Controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia e suas Controladas acompanham a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantêm contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia (Consolidado) em 30 de setembro de 2022 (valores expressos em milhares de R\$):

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNB-CBN	TJLP + 4% a.a.	415	267	135	23
Desenhahia-CBN	TJLP + 3,0% a.a.	1.963	1.686	1.457	6.284
Desenhahia-CBN	TJLP + 3,0% a.a.	844	714	605	2.119
Desenhahia-CBN	CDI + 3%	2.272	1.428	748	221
Debêntures - CRC	CDI + 3,95%	5.554	3.970	2.586	1.800
Debêntures - CRA	IPCA + 7,17% a.a.	22.794	19.275	18.390	158.889
Debêntures - Monte Rodovias	IPCA + 10,5% a.a.	12.598	11.834	11.228	43.491

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

Notas Explicativas

ii) Seleção dos cenários

Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação (Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 01/2021) a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	7,2%	7,1%	6,3%	5,9%	5,8%	5,8%
CDI (*)	12,4%	13,0%	10,1%	8,8%	8,2%	8,2%
IPCA (*)	5,5%	5,0%	3,5%	3,0%	3,0%	3,0%

(*) Fonte: Itaú BBA outubro/2022.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP (*)	6,35%	7,93%	9,52%
CDI (*)	10,11%	12,63%	15,16%
IPCA (*)	3,84%	4,80%	5,76%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2022 a 2027 das taxas apresentadas acima.

iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	415	478	539
Desenbahia - CBN	2033	Alta da TJLP	844	985	1.124
Desenbahia - CBN	2034	Alta da TJLP	1.963	2.291	2.614

iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Desenbahia - CBN	2026	Alta do CDI	2.272	2.698	3.113
Debêntures - CRC	2026	Alta do CDI	5.554	6.532	7.487

Notas Explicativas

v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debêntures - Monte Rod	2031	Alta do IPCA	12.598	13.747	14.904
Debêntures - CRA	2036	Alta do IPCA	20.794	23.474	25.939

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 30 de setembro de 2022.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas Controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	Nota	Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	11	661.914	674.285
Debêntures	12	283.735	284.468
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(118.617)	(120.394)
(-) Fundos restritos	7	(31.185)	(37.912)
Dívida líquida		795.847	800.447
Total do patrimônio líquido		519.831	551.900
Total do capital próprio e de terceiros		1.315.678	1.352.347
Índice de alavancagem financeira - %		40%	41%

Notas Explicativas

5.3. Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021
		Mensurados ao custo amortizado	
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	6	118.617	120.394
Fundos restritos	7	31.185	37.912
Contas a receber	8	18.433	12.823
Outros ativos		169	153
Total		168.404	171.282
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	11	661.914	674.285
Debêntures	12	283.736	284.468
Fornecedores		34.044	14.269
Arrendamentos	13	6.412	7.157
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	16	36.822	34.053
Total		1.022.927	1.014.232

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	8	18	8.458	15.424
Aplicações financeiras (a)	616	11	110.159	104.970
Total	624	29	118.617	120.394

(a) Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

As Controladas mantêm aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Fundos restritos

Em 30 de setembro de 2022, o saldo de R\$ 31.185 (R\$ 37.912 em 31 de dezembro de 2021), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se aos montantes mantidos em contas bancárias, condicionados a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 12), e são remunerados pela variação do CDI (entre 98% e 99%).

Notas Explicativas

8. Contas a receber

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Meios de pagamentos eletrônicos (a)	14.813	11.673
Vale-pedágio	1.033	418
Demanda de risco	885	-
Receitas acessórias (b)	2.105	852
Outros	5	-
(-) Perda estimada para perda com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(408)	(120)
Total	18.433	12.823

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

- (a) Até 30 de setembro de 2022 passaram por nossas concessões 30,6 milhões de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias da Companhia. O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um aumento no período de janeiro a setembro de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021; e
- (b) Em 2022 celebramos novos contratos para exploração da faixa de domínio.

Movimentação da PECLD	Consolidado
	30/09/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(120)
(+) Adições	(288)
(-) Baixas	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	(408)

9. Investimentos

	Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021
Verona	603.912	622.249

a) Informações acerca das investidas:

	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	30/09/2022		Patrimônio líquido	Resultado do período
			Ativo	Passivo		
Verona	551.286.324	100	653.026	49.254	603.772	(18.337)
CRC	26.150.154	100	81.758	46.675	35.082	(1.214)
CRA	141.438.908	100	289.718	224.034	65.684	(61.072)
CBN	367.759.706	100	1.006.136	742.138	263.7	(23.608)

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2021	Adiantamento para futuro aumento de capital		Dividendos a receber	Aumento de capital	Saldo em 30/09/2022
			Equivalência patrimonial				
Verona	100%	622.249	-	(18.337)	-	-	603.912

Notas Explicativas

10. Intangível

	Consolidado			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura				
Direito de concessão - mais valia	217.608	(12.276)	205.332	211.887
Edifícios e instalações	176.480	(43.721)	132.759	136.820
Direito de concessão de serviços públicos	433.670	(107.375)	326.295	337.587
Pavimentações	824.725	(302.744)	521.981	555.018
Hardware e equipamentos de pedágio	35.620	(16.939)	18.681	19.754
Desapropriações	53.882	(9.384)	44.498	46.064
Máquinas e equipamentos	16.480	(9.930)	6.550	7.074
Meio ambiente e elementos de segurança	47.011	(10.685)	36.326	38.698
Móveis e utensílios	539	(354)	185	207
Obras em andamento	45.604	-	45.604	16.948
Total	1.851.619	(513.408)	1.338.211	1.370.057
Outros intangíveis				
Softwares	3.609	(1.600)	2.009	2.069
Marcas e patentes	46	-	46	46
Adiantamento a fornecedores e outros	4.600	-	4.600	4.600
Total	8.2555	(1.600)	6.655	6.715
Total	1.859.874	(515.008)	1.344.866	1.376.772

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação	Consolidado
	30/09/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.376.772
(+) Adições	31.248
(-) Baixas	(30)
(-) Amortizações	(59.576)
(+/-) Transferências	(3.518)
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.344.866

Notas Explicativas

11. Empréstimos e financiamentos

Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	30/09/2022	31/12/2021
CBN (i)	2032	R\$	10% a.a.	241.237	243.996
CBN (ii)	2035	R\$	8,24% a.a.	182.665	184.507
CBN (iii)	2033	R\$	2,94% a.a.	169.721	171.456
CBN (iv)	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	4.487	5.427
CBN (v)	2034	R\$	TJLP + 3% a.a.	9.106	31.412
Desenbahia (vi)	2031	R\$	10% a.a.	17.064	19.404
CBN	2026	R\$	DI + 3% a.a.	18.018	19.223
Desenbahia		R\$	TJLP + 3% a.a.	21.056	
Custos de captação e estruturação		R\$		(1.440)	(1.140)
Total				661.914	674.285
Passivo circulante				31.913	16.917
Passivo não circulante				630.001	657.368

- (i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses;
- (ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;
- (v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses; e
- (vi) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

a) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Garantias

- i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa;

Notas Explicativas

c) Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 30 de setembro de 2022.

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285
(+) Captação	-
(+) Juros incorridos	32.106
(-) Juros pagos	(32.802)
(-) Amortizações	(11.375)
(+/-) Custos da transação	(300)
(+/-) Transferências	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	661.914

Em 30 de setembro de 2022, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Prazos de vencimento	Consolidado
2022	4.537
2023	42.748
2024	49.880
2025	51.627
2026	52.245
2027 em diante	460.876
Total	661.914

12. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					30/09/2022	31/12/2021
Debêntures IPCA	Monte Rodovias	2031	R\$	IPCA + 10,5% a.a.	83.295	92.439
Debêntures IPCA - 12431	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	170.921	160.000
Debêntures CDI	CRC	2027	R\$	CDI + 3,95%	38.455	40.000
Custos de captação e estruturação					(8.936)	(7.971)
Total					283.735	284.468
Passivo circulante					9.118	3.131
Passivo não circulante					274.617	281.337

- (i) Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciárias da totalidade das ações da Emissora (“Companhia”) e da Verona, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora (“Companhia”) e da Verona e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações das controladas da Verona (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva);

Notas Explicativas

- (ii) Em 02 de julho de 2021, a CRC emitiu 40.000 (quarenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,95%.

O prazo total é de 06 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora **(a)** para o pré-pagamento e refinanciamento das seguintes operações: financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") à Emissora nos termos **(i)** do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado entre o BNB e a Emissora em 27 de dezembro de 2007, conforme aditado de tempos em tempos, e **(ii)** do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, Prefixo e nº 44.2009.6042.1846 celebrado entre o BNB e a Emissora em 02 de dezembro de 2009, conforme aditado de tempos em termos ("Dívidas BNB"), e **(b)** para pagamento de despesas e comissões relacionadas com a Emissão de Debêntures.

As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são **(i)** o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e **(ii)** cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da ("Companhia"); e

- (iii) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora: **(a)** implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente; **(b)** reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão; e **(c)** reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1434.1.

As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são: **(i)** o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A.; **(ii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia; **(iii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia; e **(iv)** conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas ("covenants")

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants"), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 30 de setembro de 2022.

- i) Na CRC os índices financeiros medidos anualmente são Dívida Líquida / EBITDA Ajustado, Dívida Bruta máxima e Caixa mínimo foram cumpridas até 31 de dezembro de 2021.
- ii) Na CRA o índice financeiro medido anualmente é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), ainda não válido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 por estar ainda em período de carência, não havendo no período o pagamento de juros nem amortização do principal.

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	92.439	284.468
(+) Captação	-	(502)
(+) Juros incorridos	10.857	32.831
(-) Juros pagos	(8.296)	(18.345)
(-) Amortizações	(11.705)	(13.250)
(+/-) Custos da transação	-	(1.467)
(+/-) Transferências	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	83.295	283.735

Notas Explicativas

Prazos de vencimento	Consolidado
2022	1.786
2023	11.493
2024	19.542
2025	28.040
2026	33.615
2027 em diante	189.259
Total	283.735

13. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia e suas Controladas avaliaram e identificaram contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controladas, sendo 5,75% para a CRC, 6,0% para a CBN e 7,15% a.a. para a CRA.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a guinchos, varredeira, pipa, ambulância e veículos operacionais e administrativos.

Direito de uso (ativo)

Direito de uso	Consolidado
Movimentação	30/09/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.445
(+) Adições	7.548
(-) Amortizações	(2.786)
(-) Baixas	(4.711)
(-/+ Transferências	742
Saldo em 30 de setembro de 2022	6.238

Arrendamento (passivo)

Arrendamento	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Passivo circulante	2.968	1.554
Passivo não circulante	3.445	5.603
Total	6.413	7.157

Movimentação	Consolidado
	30/09/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.157
(+) Adições	7.548
(+) Apropriação de juros	1.357
(-) Baixas	(9.649)
Saldo em 30 de setembro de 2022	6.413

Notas Explicativas

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 5,49% a.a. para o período de 1ª de janeiro de 2022 a 30 de setembro de 2022 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	Consolidado
	30/09/2022
Passivo de arrendamento	
Fluxo real	
Passivo de arrendamento	6.412
Despesa financeira	545
Fluxo inflacionado	
Passivo de arrendamento	6.500
Despesa financeira	552

A Companhia e suas controladas não possuem outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.

14. Provisão para contingências

Em 30 de setembro de 2022, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais, classificados quanto ao risco como “perdas possíveis” que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Cíveis	6891	4060
Trabalhistas	534	586
Tributárias	17	-
Outras	193	-
Total	7.635	4.646

Movimentação	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Outras
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.060	586	-	-
(+) Adições	2.831	11	19	193
(-) Baixas		(63)	(2)	
Saldo em 30 de setembro de 2022	6.891	534	17	193

15. Provisão para conserva especial

Em 30 de setembro de 2022, o Grupo apresentava saldo de R\$ 1.302 no passivo circulante e R\$ 12.694 no passivo não circulante, totalizando R\$ 13.997 (R\$ 14.091 em 31 de dezembro de 2021), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

- i) R\$ 10.191 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão referente aos últimos 05 anos de vigência, descontados a valor presente, com taxas de 13,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos e cinco meses;

Notas Explicativas

- ii) R\$ 2.797 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses; e
- iii) R\$ 1.009 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período em que se faz necessário a aplicação de tais manutenções para cada um dos trechos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 35 anos.

16. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Cotas de FIDC a pagar (a)	-	-	18.134	18.134
Contribuição ao fundo sócio ambiental (b)	-	-	808	789
Outras obrigações (c)	-	-	7.379	4.631
Total	-	-	26.321	23.554

- (a) Obrigação referente à cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), adquiridas em 28 de dezembro de 2021. Em 26 de outubro de 2022 foram liquidadas 50% das cotas no montante de R\$ 9.2 milhões.
- (b) Contribuição ao fundo socioambiental: Fundo criado pela controlada CRC, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental.
- (c) As demais obrigações, correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes.

17. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2022, O Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Período de 1º de janeiro a	Período de 1º de janeiro a
	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
	Consolidado	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	40.257	36.151
Diferenças temporárias	2.767	2.623
IR/CSLL diferido sobre ganho por compra vantajosa (Nota Explicativa nº 3)	(38.502)	(38.502)
Ativo diferido, líquido	4.522	272

As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2022	-	926	1.075	2.001
2023	513	1.392	1.403	3.308
2024	850	1.974	870	3.694
2025	1.265	2.648	793	4.706
2026 em diante	651	25.685	212	26.548
Total	3.279	32.625	4.353	40.257

Notas Explicativas

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2022		Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.658)	(35.147)	55.076	192.843
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	-	4.386	-	-
Subvenções do lucro da exploração	-	-	-	960
Adições/ exclusões permanentes	-	(136)	-	4.029
Adições/ exclusões temporárias	-	3.488	-	(38.474)
Outras adições/exclusões	-	-	-	(3.195)
IR e CSLL correntes constituídos no período	-	-	-	(341)
IR e CSLL diferidos constituídos no período	-	4.250	-	(30.417)
Total de IR e CSLL no resultado	-	4.250	-	(30.758)

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020, representado por 1.000 ações).

Em 22 de novembro de 2020, com a transformação da Companhia em sociedade por ações, mencionada na Nota Explicativa nº 1, o valor do capital social permaneceu inalterado com a mesma quantidade de ações (1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em 09 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), no montante de R\$ 1.600. Em 26 de abril de 2021, foram subscritas 100.577.376 ações ordinárias, no montante de R\$ 100.627, as quais foram integralizadas mediante créditos decorrentes de contratos de mútuo junto à CRA no valor de R\$ 99.027 e conversão do AFAC realizado em 09 de abril de 2021 no montante de R\$ 1.600.

Em 28 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), no montante de R\$ 400.

Em 28 de abril de 2021, foram subscritas 370.435.829 ações ordinárias, no montante de R\$ 370.436, as quais foram integralizadas mediante a integralidade das ações representativas do capital social da CBN (Nota Explicativa nº 4).

Em 09 de julho de 2021, foram subscritas 1.200.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.200, as quais foram totalmente integralizadas, parte delas como conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (Afac), no montante de R\$ 400.

b) Reservas legal e de lucros

- i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
- ii) Em 30 de setembro de 2022, o saldo de reservas de lucros, contempla a reserva de recompra de ações e de investimento (R\$ 79.636) e a reserva de lucros a realizar (18.980).

Notas Explicativas

19. Receitas

	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2021</u>
Receitas de pedágio	184.256	97.415
Demanda de risco	2.303	875
Receitas acessórias	5.566	2.883
Impostos e contribuição sobre serviços	(16.678)	(8.877)
Outras deduções	(19)	-
Receita líquida de serviços	175.428	92.296
Receita de construção	26.525	9.734
Receita líquida	201.953	102.030

20. Custos

	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2021</u>
Custos de pessoal	(25.201)	(10.187)
Serviços de terceiros	(14.240)	(8.996)
Materiais, equipamentos e veículos	(3.631)	(2.060)
Gastos gerais	(5.533)	(3.622)
Provisão de conserva especial	(3.117)	(2.290)
Depreciação e amortização	(55.611)	(33.144)
Custos dos serviços prestados	(107.333)	(60.299)
Custos de construção	(26.261)	(9.638)
Total	(133.594)	(69.937)

21. Despesas gerais e administrativas

	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2021</u>
Despesas de pessoal	(17.266)	(6.973)
Serviços de terceiros	(9.687)	(15.249)
Materiais, equipamentos e veículos	(740)	-
Gastos gerais	(13.680)	(2.878)
Depreciação e amortização	(7.224)	(259)
Total	(48.597)	(25.359)

Notas Explicativas

22. Resultado financeiro, líquido

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
Descontos obtidos	89	-
Rendimentos de aplicação financeira	9.893	1.678
Atualização monetária ativa	415	639
Outras receitas financeiras	859	293
Receitas financeiras	11.256	2.610
Juros de empréstimos e financiamentos	(32.105)	(21.989)
Juros de debentures	(32.330)	(7.258)
Juros de contratos de arrendamento	(545)	(35)
Outras despesas financeiras	(3.973)	(4.031)
Despesas financeiras	(68.953)	(33.313)
Resultado financeiro, líquido	(57.697)	(30.703)

23. Prejuízo por ação

O Prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	<u>30/09/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
(Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(30.682)	(30.682)	(134)	(134)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	472.264	472.264	1	1
Prejuízo por ação - Em reais	(64,97)	(64,97)	(134,26)	(134,26)

24. Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 24 decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2021) até 31 de outubro de 2022.

Em 05 de setembro de 2022 foi liquidado o saldo restante de R\$ 800 de dividendos a receber de sua controlada Verona (R\$ 22.000 em 31 de dezembro de 2021).

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 30 de setembro 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 9.246 (R\$ 3.514 em 30 de setembro de 2021), referente à remuneração dos administradores. Em 31 de março de 2021, a Companhia ainda não consolidava nos seus resultados os investimentos realizados pela sua controlada direta Verona, que ocorreram em abril de 2021.

Notas Explicativas

25. Contratos

a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

b) Contrato de concessão – CRC

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

c) Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4, em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Notas Explicativas

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

26. Seguros

A Companhia e suas Controladas mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia e suas controladas mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro a seguir:

Modalidade	Riscos operacionais	Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil - D&O	Seguro garantia	Veículos
Vigência					
Monta Rodovias	-	-	Agosto de 2023	-	-
CBN	Dezembro de 2022	Dezembro de 2022	Agosto de 2023	Agosto de 2025	Setembro de 2023
CRC	Dezembro de 2022	Dezembro de 2022	Agosto de 2023	Agosto de 2025	Setembro de 2023
CRA	Dezembro de 2022	Dezembro de 2022	Agosto de 2023	Agosto de 2025	Setembro de 2023
Cobertura					
Monte Rodovias	-	-	40.000	-	-
CBN	250.000	40.000	40.000	39.484	110% tabela FIPE
CRC	100.000	40.000	40.000	679	1.000
CRA	140.500	40.000	20.000	41.011	110% tabela FIPE

Notas Explicativas

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

27. Eventos subsequentes

Debêntures incentivadas – CRC

Em 25 outubro de 2022, a Companhia emitiu 60.000 (sessenta mil) debentures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real.

A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: **(i)** o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.”, celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão (“Primeira Emissão de Debêntures”); **(ii)** a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do “Programa de Exploração Rodoviária – PER”.

Debêntures privada – Verona

Em 05 de outubro de 2022, foram emitidas pela Controladora debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única para colocação privada, no valor de R\$ 21.212.000,00, tendo como única debenturista a sua controlada Verona Holding e Participações Societárias S.A. Os recursos obtidos por meio da emissão das debêntures serão destinados aos pagamentos das obrigações da emissora, presente e futuras.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Monte Rodovias S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Monte Rodovias S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Procedimentos arbitrais – Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN") e Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")

Chamamos a atenção que, conforme descrito na Nota Explicativa no 1.1, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a CBN e a CRA, controladas indiretas da Companhia, são partes de procedimentos arbitrais conduzidos pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), tendo como requerentes o Consórcio Construtor BA-093 e o Consórcio Expressway (ambos formados pelas construtoras CNO e OAS), que tem como objetivo dirimir conflitos originados dos contratos de execução de obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, com alegação de custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de construção.

Com relação ao processo arbitral movido contra CBN, este encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, tendo as Partes dispensado a produção de novas provas e solicitada abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais antes da prolação de sentença.

No que se refere aos resultados, a administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do procedimento arbitral.

Com relação ao processo arbitral movido contra CRA, em 1o de dezembro de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial, onde o Tribunal Arbitral julgou parcialmente procedente os pedidos de ambas as partes. Em 16 de dezembro de 2020, a CRA apresentou pedido de esclarecimentos, apontando inúmeros vícios na apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral que, em 05 de janeiro de 2021, determinou a manifestação das requerentes a respeito até 20 de janeiro de 2021, o que foi por elas cumprido.

Em 10 de janeiro de 2022, o Tribunal Arbitral estabeleceu o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. Em junho de 2022 o Tribunal Arbitral deferiu a solicitação das partes, de suspensão do procedimento arbitral, para tratativas de negociação de acordo.

Em 14 de setembro de 2022, CRA e Coesa (antiga OAS) peticionaram no Procedimento Arbitral informando a celebração de acordo entre estas e, na sequência, em 18 de outubro de 2022, CRA e CNO apresentaram petição conjunta informando a realização de transação entre as Partes, bem como requerendo a extinção do feito diante dos acordos celebrados, que não representaram ônus financeiro para a CRA.

De acordo com o contrato de compra e venda da CBN e da CRA pelo Grupo Monte Rodovias, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à CBN e à CRA, os vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN e a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes destes procedimentos de arbitragem. Tal indenização é (ii) sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e (iii) em caso de decisão favorável à CBN e à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN e CRA. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor das concessionárias. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2022 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de novembro de 2022

Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Sílvio Roberto Arouca do Amaral
Contador CRC BA-033829/O-5

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Nos termos das disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM no. 480, 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que a Diretoria da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A. ("Monte Rodovias" ou "Companhia") declara que reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2022. São Paulo, 14 de Novembro de 2022.

Julio Cezar Troiano Zogbi
Diretor Presidente
CPF nº 269.270.978-05

Fábio Bonini Tararam
Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
CPF nº 270.314.858-51

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Nos termos das disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que a Diretoria da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A. ("Monte Rodovias" ou "Companhia") declara que reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2022. São Paulo, 14 de Novembro de 2022.

Julio Cezar Troiano Zogbi
Diretor Presidente
CPF nº 269.270.978-05

Fábio Bonini Tararam
Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
CPF nº 270.314.858-51